



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 23 de fevereiro de 2024

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Proposta de aprovação de Alteração ao Loteamento Municipal da Zona Industrial da Adua/Unificação dos Lotes LI 47 e LI 48 -----
- 2º. Ponto – Proposta de IMI a cobrar em 2024 – Ratificação -----
- 3º. Ponto – Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal – ETAR de Santiago do Escoural -----
- 4º. Ponto – Proposta de celebração de Protocolo – Autoridade Tributária -----
- 5º. Ponto – Declaração de recebimentos em atraso - 2023 (para conhecimento) -----
- 6º. Ponto – Declaração de pagamentos em atraso - 2023 (para conhecimento) -----
- 7º. Ponto – Declaração de Compromissos Plurianuais – 2023 (para conhecimento) -----
- 8º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para aquisição de equipamento de ar condicionado para a EB1 – N.º2 de Montemor-o-Novo – Escola Conde Ferreira -----
- 9º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para construção de caleira na Rua Humberto Delgado, em Foros de Vale de Figueira -----
- 10º. Ponto – Proposta de Adendas aos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia do concelho de Montemor-o-Novo -----
- 11º. Ponto – Proposta de Protocolo / Refeições Escolares – Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão / Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Ano Letivo 2023-2024 -----
- 12º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para Gestão de Refeições e Refeitórios Escolares – Lanches Escolares -----
- 13º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila; N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Transportes escolares/Lanches Escolares e Refeições Escolares – Ano 2024 -----
- 14º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Transportes escolares e Lanches Escolares – Ano 2024 -----
- 15º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Transportes escolares/Lanches Escolares e Refeições Escolares – Ano 2024 -----

Amme

16º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Lanches Escolares e Refeições Escolares – Ano 2024 -----

17º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Transportes Escolares - Ano 2024 -----

18º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Transportes escolares e Lanches Escolares – Ano 2024 -----

19º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão para Obras de Requalificação da Unidade de Saúde de S. Cristóvão -----

20º. Ponto - Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela para melhoramentos do Edifício do Jardim de Infância de Cabrela -----

21º. Ponto – Desafetação de parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município -----

22º. Ponto – Proposta de 1ª- Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2024 -----

23º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Ana Cristina dos Santos Silva, António Joaquim da Silva Danado, António José Marques Monteiro, Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, Elisabete Cristina Cebola Martins, Hélder Manuel Caetano Linguíça, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Jacinto Carlos Alves Delca, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Duarte Caetano da Veiga, Joel José Pequito Pedreirinho, José Manuel Salsinha Geraldo, José Maria Barroso Fernandes, Lara Cristina Calhordas Coxixo em substituição de Carla Sofia Godinho Pereira, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Nogueira Breia, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nuno Alexandre Cardoso Rato, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Pinto Martins, Rui Fernando Benavente Páscoa, Rui Sande em substituição de Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Sara Isabela da Silva Rebocho Bravo, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço e Vasco Picaró e Vitor Carrasco em substituição de Guilherme Tomás de Almeida Franco, registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, a Senhora Vereadora Sílvia Santos e os Senhores Vereadores Henrique Lopes, António Xavier, António Pinetra e Gil Porto. Não participou nesta sessão a Senhora Vereadora Maria da Graça Nascimento. -----

Seguidamente colocou à apreciação a proposta de ata da sessão ordinária realizada no dia quinze de setembro de dois mil e vinte três, tendo a eleita Senhora Hortênsia Menino apresentado algumas propostas de alteração de natureza ortográfica. O documento foi votado e aprovado, por unanimidade, com a introdução das alterações. Foi ainda colocada à apreciação a proposta de ata da sessão ordinária que teve lugar no dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e três. Tomou a palavra novamente a eleita Senhora Hortênsia Menino para apresentar algumas alterações ao conteúdo do

Amme

documento. Seguidamente o documento foi votado e aprovado, por unanimidade, com a introdução das alterações. -----

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à eleita Senhora Susana Picanço a qual questionou se a programação da Festa do Teatro já foi disponibilizada em formato de papel, porque apenas teve conhecimento através das redes sociais. Para além disso, afirmou ter dúvidas se os bilhetes são grátis ou não. Acrescentou que o executivo CDU sempre foi acusado de ter uma má gestão e um mau planeamento, no entanto parece-lhe que houve, da parte do atual executivo, a mesma falta de estratégia, dado que a programação de um evento com a realização prevista para março, só agora foi divulgada e a disponibilização dos respetivos bilhetes só está prevista para segunda-feira. -----

Em resposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que nenhum dos atuais eleitos do executivo fez qualquer afirmação sobre a falta de estratégia da CDU relativamente à Festa do Teatro, como afirmou a eleita. De seguida deu a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes, o qual esclareceu que decorreram várias reuniões preparatórias da Festa do Teatro, quer com DG Artes, quer com as estruturas locais para afinar a sua programação. Foi tomada a decisão de transitar o evento para o mês de março, porque também se comemora o Dia Mundial do Teatro. Destacou que ao longo do mês decorrerá uma vasta programação, que engloba quer as estruturas profissionais, quer as estruturas amadoras, dirigidas às diferentes tipologias de público, desde o público escolar, até o público sénior. Confirmou que efetivamente a programação foi divulgada nas redes sociais, neste dia e que os bilhetes irão estar à venda na BOL, sendo gratuitos para alguns espetáculos e outros terão o custo de três euros, mediante decisão das estruturas teatrais. Relativamente aos espetáculos a realizar no Cineteatro Curvo Semedo, da responsabilidade direta da autarquia, serão espetáculos pagos, numa lógica de respeito pelo próprio espaço, pelo espetáculo e pelas pessoas também. Reforçou que a Câmara Municipal viu aprovada uma candidatura, à rede de teatros e cineteatros portugueses, no valor de duzentos mil euros anuais. Salientou ainda que a agenda cultural ainda não saiu, porque previamente terá de ser validada toda a programação, com as diferentes estruturas. Prosseguindo no uso da palavra, o Senhor Vereador Henrique Lopes referiu, que na sua opinião, o importante é que a festa do teatro aconteça porque tem um papel importante na sociedade, desde o entretenimento até a educação e reflexão. -----

É também uma forma de expressão artística que promove empatia ao mostrar diferentes pontos de vista e ao mesmo tempo abordar questões sociais, políticas e humanas, contribuindo para a consciencialização e o diálogo sobre temas relevantes. Considera que muitas vezes o teatro e a vida confundem-se, provavelmente estamos sempre em modo de representação. -----

Pedi a palavra o eleito Senhor Rui Páscoa para lembrar uma questão colocada ao Senhor Presidente da Câmara na sessão realizada em setembro de dois mil e vinte e dois, relacionada com a posição do totem colocado à saída de S. Geraldo porque dificulta a entrada na EN2 e se já houve algum desenvolvimento relativamente a isso. Salientou ainda o erro ortográfico existente nas placas, que ainda se mantém. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes. Tomando a palavra, o Senhor Vereador informou

que na sequência de uma reunião entre alguns Técnicos e Chefes de Divisão do Município e a empresa Infraestruturas de Portugal, está a ser realizado um mapeamento relativamente aos totens existentes, porque atendendo às questões de segurança, terão de ser equacionadas novas localizações. -----

Seguidamente a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Senhor Joel Pedreirinho, tendo o mesmo questionado o executivo sobre quais as celebrações previstas para o Dia 8 de Março, Dia do Município, de S. João de Deus e Dia Internacional da Mulher. Perguntou se está prevista alguma inauguração no âmbito do projeto Morbike. Referiu que a população tem vindo a demonstrar algum desagrado pelo estado atual das estradas municipais de terra batida, nesse sentido questionou se já foi adquirido o equipamento Patcher necessário para a reabilitação das referidas vias. -----

Interveio de novo o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecendo que, infelizmente, o programa Morbike ainda não se encontra em condições de ser utilizado. Reforçou que o mesmo tem um valor elegível de duzentos e cinquenta e oito mil euros e foi participado com fundos comunitários no total de duzentos e vinte mil euros. Será composto por seis docas e cerca de trinta bicicletas. Salientou que teve que ser instalado e liquidado até ao final de 2023, por forma a complementar o projeto de percurso livre de obstáculos e conseguir-se 100% de execução com financiamento a 85%. Continuando a sua intervenção, informou que foi aprovado em sessão de Câmara Municipal, no dia sete de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, o projeto de regulamento do funcionamento, decorrendo agora o período de discussão pública, durante 30 dias úteis, entre 22 de fevereiro e 4 de abril, inclusivamente. Findo este período, será o mesmo apreciado pelos eleitos da Assembleia Municipal. Para além disso, está a ser preparado, em conjunto com a empresa Soltráfego, que instalou as bicicletas, um manual de boas práticas, bem como a configuração do sistema informático associado à Morbike. As obras de alimentação de energia elétrica, da responsabilidade da E-Redes e da SOTECNICA, também ainda não estão concluídas. Posteriormente haverá ainda lugar para algumas obras de pavimentação junto às estações de ancoragem, nomeadamente, na Rua Fernando Namora e na Rua Eça de Queiroz. Em suma, este conjunto de atrasos impossibilitam que possa ser inaugurado no próximo dia 8 de março. Relativamente à questão colocada sobre as estradas municipais, esclareceu que a empreitada dos caminhos de terra batida está em fase de conclusão. Decorreram, entretanto, algumas intervenções, bastante elogiadas pela população e que se espera que mantenham a qualidade que têm no momento. Os serviços municipais estão a preparar um procedimento de concurso público, superior a duzentos e quarenta mil euros, para a próxima empreitada de trabalhos em caminhos rurais, porque é essencial manter as estradas em melhores condições do que aquelas que estavam anteriormente. De seguida, deu a palavra ao Senhor Vereador Henrique Lopes, o qual apresentou em traços gerais as várias iniciativas no âmbito das comemorações do Dia do Município. Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vereadora Silvia Santos, que informou, em complemento às informações já prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, que brevemente terá início a intervenção respeitante às recargas de pavimento betuminoso em diferentes ruas das freguesias do nosso concelho, pela empresa Pragosa. Esta situação foi previamente analisada e discutida com todos os Senhores Presidentes de Juntas de

Annie

Freguesia, nomeadamente a identificação das ruas a repavimentar. Continuando a sua intervenção, a Senhora Vereadora disse que os trabalhos iniciar-se-ão na freguesia de Cabrela, seguidamente por São Cristóvão, Santiago do Escoural, Foros de Vale de Figueira, Lavre e por último a cidade de Montemor-o-Novo. Acrescentou ainda que foi solicitado a cada Junta de Freguesia o levantamento de quais as ruas que necessitam de ser pavimentadas, para que o procedimento possa avançar o quanto antes. -----

Pediu a palavra a eleita Senhora Hortênsia Menino para perguntar à Senhora Presidente da Assembleia quando reunirá o grupo de trabalho para acompanhamento e monitorização do processo de transferência de competências no Concelho. A eleita salientou que na última sessão a Senhora Presidente da Assembleia terá referido que atendendo à época de final de ano não era oportuno, questionando se já existe alguma previsão de data para o início dos trabalhos. Referiu-se seguidamente a um relatório do Tribunal de Contas que cita um conjunto de considerações gerais, que são motivo de preocupação para os eleitos da CDU. Realçou a importância do papel da Assembleia Municipal no acompanhamento da atividade municipal e a fiscalização dessa atividade e que neste processo, em concreto, é muito relevante para perceber se efetivamente a transferência de competências trouxe benefícios para a população do Concelho de Montemor-o-Novo. -----

Tomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para informar que solicitou, junto dos serviços jurídicos da CCDRA, o esclarecimento de algumas dúvidas e logo que receba essas respostas, irá marcar a primeira reunião do Grupo de Trabalho. -----

Continuando a sua intervenção e dado não existir nenhum pedido para uso da palavra por parte do público, informou que ia dar início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Proposta de aprovação de Alteração ao Loteamento Municipal da Zona Industrial da Adua/Unificação dos Lotes LI 47 e LI 48 -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que se apresenta uma proposta para unificação de dois lotes adquiridos pela mesma empresa na Zona Industrial da Adua, concretamente os Lotes LI 47 e LI 48, por conveniência da empresa e para o investimento que pretende realizar, é essencial esta unificação. O documento foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

2º. Ponto – Proposta de IMI a cobrar em 2024 – Retificação -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o documento já foi apresentado em reunião de Câmara Municipal para ratificação. Lembrou que no passado dia 28 de dezembro de 2023, foi aprovada pela Assembleia Municipal a proposta de IMI a cobrar em 2024. Posteriormente nessa deliberação foi detetado pelos serviços municipais um lapso na documentação que impossibilitava a comunicação até final do ano à autoridade tributária. Frisou que, impreterivelmente até dia 31 de dezembro têm de ser comunicadas, as decisões da Assembleia Municipal, nomeadamente no que diz respeito às deduções fixas, tendo em conta o número de dependentes a cargo, ou seja, um dependente, dois dependentes, três ou mais. Sendo as deduções fixas no valor de 30 euros, 70 euros e 140 euros. Por lapso, a proposta

Amunio

que foi discutida e apreciada mencionava o quadro da legislação anterior, que vigorou até outubro de 2023 e não a legislação em vigor à data da sessão. Continuando no uso da palavra, referiu que, assim sendo e atendendo à situação, teve de recorrer a uma capacidade que o Presidente de Câmara tem de decidir de forma urgente, dado que já não havia tempo de remeter novamente à Assembleia Municipal, para deliberação. A proposta que se apresenta, no presente ponto, para ratificação, dos eleitos da Assembleia Municipal, reflete o mapa respeitante a legislação atual que define, no que diz respeito ao abatimento de deduções fixas com dependentes a cargo. Assim sendo, se a família tiver um dependente a cargo, a dedução fixa no IMI será de 30 euros, no caso de ter dois dependentes a cargo, a dedução será de 70 euros e se tiver três ou mais dependentes, a dedução será de 140 euros. Ainda que a Câmara Municipal quisesse propor outros valores não poderia, porque estes são os valores definidos na legislação. Em conclusão, disse que este seria o mapa que deveria ter sido deliberado na sessão realizada no dia 28 de dezembro de 2023. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, dizendo ter algumas dúvidas sobre a data da aprovação desta alteração à lei e quando é que a mesma entrou em vigor. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo que a alteração está relacionada com o artigo 31º da Lei nº 56 de 2023, em vigor a partir de 7 de outubro de 2023, ou seja, à data da sessão da Assembleia Municipal, já estava em vigor. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

3º. Ponto – Proposta de Declaração de Interesse Público Municipal – ETAR de Santiago do Escoural -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a empresa Águas Públicas do Alentejo S.A. solicitou a emissão de uma Declaração de Interesse Público Municipal relativamente à construção da ETAR e do sistema intercetor de Santiago do Escoural. Evidenciou que a ETAR existente em Santiago do Escoural se encontra em fim de vida e, por isso, o tratamento das águas residuais daquele aglomerado populacional é deficiente. Atendendo a isso, a construção desta nova ETAR é essencial, melhorando significativamente o tratamento das águas residuais e promovendo a qualidade ambiental e a qualidade também da saúde dos Escouralenses. Considera de grande importância esta Declaração de Interesse Público por parte da Assembleia Municipal. Informou que as negociações chegaram a bom porto, em que o concurso público já foi lançado e que é obrigatória a apresentação de proposta quer para a construção da ETAR, quer para o sistema intercetor. Manifestou a sua satisfação pela assinatura da adjudicação da obra da ETAR do Ciborro, um investimento de quase dois milhões de euros, reclamado há muito tempo pela população do Ciborro, com décadas de atraso, mas que agora irá avançar. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

Amme

4º. Ponto – Proposta de celebração de Protocolo – Autoridade Tributária -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que por forma a evitar situações de dívida incobrável, é intenção do município melhorar os procedimentos com vista à recuperação das dívidas e das cobranças do município. Assim sendo, propõe-se o desenvolvimento de alguns procedimentos, como a aquisição de software de suporte à emissão do título executivo para a cobrança de dívidas e um protocolo de cooperação com a autoridade tributária, por forma que esta cobrança coerciva das autarquias possa ser delegada na administração tributária. Na sua opinião, poderá ter um efeito muito importante no que diz respeito às cobranças do município. -----

Pediu para intervir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, tendo afirmado que a Caixa de Previdência fez um protocolo idêntico, assim como algumas ordens profissionais também fizeram protocolos da mesma natureza nas autoridades tributárias. Referiu ainda que considera bastante estranho o facto de a autoridade tributária, para fazer o trabalho que lhe compete, delega nas juntas de freguesia e faz protocolos com as juntas de freguesia e com os municípios, para realizarem o trabalho que é da sua competência. Depois, na hora de cobrar, aparece como o grande agente de execução do Estado. Afirmou que a sua posição não é contra o facto de a Câmara Municipal estar a facilitar a situação, mas que esse não deveria ser o principal atributo da autoridade tributária, mas sim a verdadeira cobrança de impostos e a verdadeira verificação de quem cobra e como cobra. Continuando no uso da palavra afirmou que existe um cadastro extremamente atrasado, quer o cadastro rural, quer o cadastro rústico e que há mais de vinte anos que os sucessivos governos prometem a sua atualização. Entretanto foi mandado para as Juntas de Freguesias, como um presente envenenado. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal reconhecendo a verdade das palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo Vila Bispo e Silveiras. Afirmou também que a sua vida também foi, durante muitos e muitos anos, a trabalhar com a Autoridade Tributária e considera que é urgente a renovação dos quadros da Autoridade Tributária, porque senão teremos muitas repartições a encerrar devido à reforma dos mesmos. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pelo PS(11); pelo PSD(2) e pelo CDS-PP(3) e doze abstenções dos eleitos pela CDU -----

5º. Ponto – Declaração de recebimentos em atraso - 2023 (documento apenas para conhecimento) -----

6º. Ponto – Declaração de pagamentos em atraso - 2023 (documento apenas para conhecimento) -----

7º. Ponto – Declaração de Compromissos Plurianuais – 2023 (documento apenas para conhecimento) -----

Anne

8º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para aquisição de equipamento de ar condicionado para a EB1 – N.º2 de Montemor-o-Novo – Escola Conde Ferreira. -----

Relativamente a esta proposta de Protocolo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foi solicitado pela União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, um apoio financeiro para a aquisição do equipamento de ar condicionado para a EB1, n.º2, que o executivo considerou essencial para o funcionamento e para o conforto térmico do espaço. A proposta de Protocolo apresenta-se para apreciação dos eleitos da Assembleia Municipal e corresponde à totalidade do valor da despesa. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, esclarecendo que a Junta de Freguesia avançou com a instalação do aparelho para aproveitar a pausa letiva das férias do Natal, à semelhança do que já acontecia no anterior mandato. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato, o documento a apreciação dos eleitos. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

9º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para construção de caleira na Rua Humberto Delgado, em Foros de Vale de Figueira -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo que a presente proposta de Protocolo prevê um apoio financeiro para a construção da infraestrutura citada, que irá melhorar o escoamento das águas pluviais, na Rua Humberto Delgado em Foros de Vale de Figueira. A comparticipação financeira será correspondente à totalidade do valor total da despesa. -----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

10º. Ponto – Proposta de Adendas aos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia do concelho de Montemor-o-Novo -----

Neste ponto o Senhor Presidente da Câmara salientou que as anteriores adendas aos contratos interadministrativos com as freguesias do Concelho, faziam referência à produção de efeitos apenas durante o ano de 2023. Por essa razão, foram elaboradas, em articulação com todas as freguesias, novas adendas para que os contratos interadministrativos produzam efeitos em 2024, a partir de 1 de janeiro. As referidas adendas preveem os valores, constantes da documentação remetida. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

11º. Ponto – Proposta de Protocolo / Refeições Escolares – Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão / Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Ano Letivo 2023-2024 -----

Amme

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, neste ponto, referiu que é apresentada a proposta de Protocolo entre o Município, o Centro Social e Paroquial de São Cristóvão e a Junta de Freguesia de São Cristóvão para o fornecimento de refeições escolares neste ano letivo. Os valores envolvidos são: para o ano de 2023 de 4.400,00 e para o ano de 2024 de 6.480,00. -----

Não havendo nenhum pedido, por parte dos eleitos da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

12º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para Gestão de Refeições e Refeitórios Escolares – Lanches Escolares. -----

Sobre a presente proposta de Contrato a estabelecer com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a mesma diz respeito ao fornecimento de lanches escolares e que os encargos financeiros são de noventa e nove cêntimos para o escalão A e de cinquenta cêntimos para o escalão B. -----

Não havendo nenhum pedido para intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou, de imediato, o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

13º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freguesias de Nª. Sra. da Vila; Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Transportes escolares/Lanches Escolares e Refeições Escolares – Ano 2024. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientando que, neste ponto, se apresenta à consideração dos eleitos da Assembleia Municipal uma proposta de adenda ao Contrato Interadministrativo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras relativamente a transportes escolares, lanches escolares e refeições escolares para o ano de 2024. Frisou ainda que o documento foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a referida proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

14º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Transportes escolares e Lanches Escolares – Ano 2024 -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se é apresentada uma proposta de adenda ao Contrato Interadministrativo a estabelecer com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre relativamente a transportes escolares, lanches escolares e refeições escolares para o ano de 2024. Informou também que os valores em questão são de dois mil euros para lanches escolares e de cinquenta e oito mil euros para transportes escolares. O documento também foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal. -----

Página 9 de 12

Amme

Dado não haver nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, de imediato colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

15º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Transportes escolares/Lanches Escolares e Refeições Escolares – Ano 2024. -----

Relativamente a proposta apresentada, o Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou que será uma adenda ao Contrato Interadministrativo, neste caso, com a Junta de Freguesia de Cabrela respeitante a transportes escolares, lanches escolares e refeições escolares no ano de 2024. Relativamente aos valores envolvidos são: para refeições escolares cerca de treze mil euros, para lanches escolares são seiscentos euros e para transportes escolares são trinta mil euros. -----

Dado não haver nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

16º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Lanches Escolares e Refeições Escolares – Ano 2024. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando que se apresenta à consideração da Assembleia Municipal a proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira no que respeita a lanches escolares, no valor de vinte mil euros e refeições escolares, no valor de vinte e dois mil euros, para ano de 2024. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento apreciação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

17º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Transportes Escolares - Ano 2024. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar a proposta respeitante à adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago de Escoural relativamente a transportes escolares para o ano 2024, no valor de vinte e oito mil euros. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou, de imediato, a proposta apresentada a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

18º. Ponto - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Transportes escolares e Lanches Escolares – Ano 2024. -----

Dando seguimento à ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que no presente ponto, era apresentada para apreciação da Assembleia Municipal uma proposta de adenda ao Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de S. Cristóvão para transportes e lanches escolares, a qual contempla o valor de

novecentos euros para lanches escolares e vinte e oito mil euros para transportes escolares. -----

Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

19º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão para Obras de Requalificação da Unidade de Saúde de S. Cristóvão. -----

Foi apresentada, neste ponto, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma proposta de Protocolo com a Junta de Freguesia de S. Cristóvão respeitante a obras de requalificação da Unidade de Saúde da referida freguesia. Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente acrescentou que esta intervenção resultou num projeto essencial para acolher, com dignidade, os habitantes da freguesia no seu novo posto médico. A comparticipação do Município foi da totalidade da despesa. -----

Dado que nenhum eleito pediu o uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

20º. Ponto - Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela para melhoramentos do Edifício do Jardim de Infância de Cabrela -----

Relativamente a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara destacou que se trata de uma intervenção para melhoramentos considerados essenciais ao funcionamento do edifício do Jardim de Infância, para o bem-estar dos alunos e dos profissionais. A comparticipação financeira que se propõe refere-se à totalidade da despesa. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

21º. Ponto – Desafetação de parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município -----

Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal informando que em dois mil e quatro foi adquirido pelo município uma parcela de terreno, através de uma permuta, sita na Rua Florbela Espanca e que não tem qualquer previsão de utilização por parte do município. Assim, propõe-se que seja deliberada pela Assembleia Municipal a sua desafetação do domínio público para o domínio privado, por forma a ser colocada em hasta pública e ser vendida. Salientou ainda que, apenas em termos fiscais é atribuído um valor de 1.712 euros, mas o terreno já foi avaliado e será colocado em hasta pública pelo valor da avaliação, cerca de 20 mil euros. -----

Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e quatro voto favoráveis dos eleitos pelo PS(11); pelo PSD(2); pelo CDS-PP(3) e pela CDU(8) e quatro abstenções de eleitos pela CDU. -----

22º. Ponto – Proposta de 1ª- Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2024. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que neste ponto, apresenta-se uma primeira alteração modificativa, anteriormente designada de revisão orçamental, com o objetivo de contemplar duas rubricas que não tinham verba suficiente, nem no ano 2024, nem nos seguintes. Uma dessas rubricas diz respeito ao projeto contrato de Emprego Inserção Mais, existe necessidade de reforço de verba para pagar o ordenado a uma pessoa e a outra rubrica é referente a subscrição de capital da AGDA 2023. Acrescentou que quando da elaboração do orçamento municipal ainda não tinha sido tomada a decisão deste reforço de capital, que todos os municípios terão de fazer. A verba proposta para o Município de Montemor-o-Novo é de cerca de quinze mil euros e o reforço das rubricas necessita de autorização prévia dos eleitos da Assembleia Municipal. Esclareceu também que estas alterações não têm qualquer impacto na despesa e que o valor global do orçamento Municipal se mantém. Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pelo PS (11); pelo PSD (2) e pelo CDS-PP (3) e doze votos contra dos eleitos pela CDU. -----

23º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal

Neste ponto o Senhor Presidente da Câmara Municipal frisou que foi um dia muito bom para Montemor-o-Novo e essencialmente para a freguesia de Ciborro devido à assinatura do contrato de conceção e construção da nova ETAR. Mostrou-se disponível para outras questões que os eleitos possam colocar. -----


Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público, não tendo havido qualquer intenção de intervir. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e duas horas e vinte minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues